



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

**PARECER Nº. 471 /2017**

**Processo nº 000114/2017**

**Relator Especial: Deputado GALBA NOVAES**

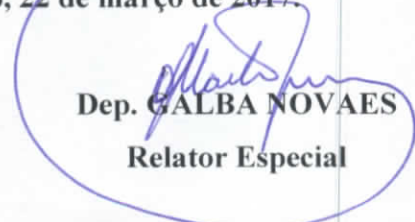
Através da Mensagem Governamental nº 6/2017, chega a esta Casa Legislativa o VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 230/2016, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos públicos do Estado de Alagoas fornecerem de maneira documentada, em caso de negativa de prestação na prestação de serviços, e dá outras providências”.

Trata-se de proposição, conforme justifica o Chefe do Poder Executivo que padece de vício de iniciativa, contrariando o disposto no artigo 86, §1º, II, “b” da Constituição do Estado de Alagoas, pois, dispõe sobre organização administrativa e serviços públicos, invadindo competência privativa do Governador do Estado, além de violar o princípio da Separação dos Poderes, insculpidos nos arts. 1º e 2º da Constituição Federal.

Diante da inconstitucionalidade do projeto supra referido, nosso parecer é pela manutenção do Veto em apreço, o qual levamos à apreciação do Plenário desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
ESTADUAL, em Maceió, 22 de março de 2017.**

  
**Dep. GALBA NOVAES**  
**Relator Especial**

**PUBLICADO NO D.O.E.**  
**DE 28/03/17**  
